

# O Papel do Brasil como Principal Articulador Político, Estratégico e Ambiental da Amazônia Internacional no Século XXI

Ana Luiza Luz dos Santos<sup>1</sup>, Guilherme Saldanha Santana<sup>2</sup>,  
Felipe Costa Camarão<sup>3</sup>, Anderson Flávio Lindoso Santana<sup>4</sup>,  
Ana Maria Marques Ribeiro e Silva<sup>5</sup>, Maycon Henrique Fanzoi de Melo<sup>6</sup>, Diogo  
de Almeida Viana dos Santos<sup>7</sup>

<sup>1</sup>(Curso de Relações Internacionais-Universidade Estadual do Maranhão, Brasil);

<sup>2</sup>(Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmação de Vulneráveis- Universidade Ceuma, Brasil);

<sup>3</sup>(Universidade Federal do Maranhão, Brasil);

<sup>4</sup>(Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmação de Vulneráveis- Universidade Ceuma, Brasil);

<sup>5</sup>(Universidade Ceuma, Brasil);

<sup>6</sup>(Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmação de Vulneráveis- Universidade Ceuma, Brasil);

<sup>7</sup>(Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmação de Vulneráveis- Universidade Ceuma, Brasil,  
Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)

---

## Abstract:

*This article deals with three aspects of Brazil's role in International America: political influence, the strategic importance of the forest for national defense and sovereignty, and its environmental protection. The International Amazon made up of Bolivia, Peru, Ecuador, Colombia, Venezuela, Guyana, French Guiana, and Suriname, is not only an international interest but also a national and strategic desire, and Brazil, having the largest territorial portion of the Amazon and the greatest development compared to other nations, naturally takes the lead in the integration and cooperation of OCTA, the Amazon Cooperation Treaty Organization, in the 21st century.*

**Keyword:** International Amazon; Brazil; Politics; Strategic; Environment

---

Date of Submission: 26-08-2024

Date of Acceptance: 06-09-2024

---

## I. Introduction

A República Federativa do Brasil desempenha, sem sombra de dúvidas, o papel de principal articulador político, estratégico, e, principalmente, ambiental da América do Sul, ainda que com a presença de outros atores relevantes, como Chile e Argentina. No entanto, por ser o país numericamente mais representativo - com o maior território nacional, o maior Produto Interno Bruto (PIB), a maior população e a maior porção territorial de Floresta Amazônica contida em seu território -, é natural e esperado que o país exerça um magnetismo significativo em todas as áreas que compreendem a relação entre as nações sul-americanas, mesmo que possua profundas diferenças culturais com as demais. Para Mattos (1980)<sup>1</sup>, caberia ao Brasil, por ter 69% da área territorial da Amazônia Internacional, a liderança no processo de integração e cooperação política e ambiental.

Entretanto, para além da influência macro, exercida sobre toda a porção continental, o Brasil concretiza uma influência ainda mais forte na região que compreende, para além de si, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, a Amazônia Internacional. A definição de Amazônia Internacional é quase que intuitiva: compreende todas as nações que possuem em seu território nacional a presença da Floresta Amazônica. Isto é, a Floresta, que possui um papel sine qua non nas discussões sobre as mudanças climáticas e os recursos energéticos, não é um assunto tão somente de interesse nacional brasileiro, mas sim de relevância regional e global (Amin, 2015)<sup>2</sup>. E, dentro do caráter internacionalista, o Brasil emerge

---

1 MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980. 215 p.

2 AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do Século XXI. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 107, p. 107-138, 2015.

como principal articulador e representante internacional da Amazônia, construindo políticas públicas nacionais e liderando as discussões em âmbito internacional.

O histórico da articulação política do Brasil na América Sul - e, conseqüentemente, na Amazônia Internacional - remonta ao período da Independência do Brasil (1822) e, posteriormente, da construção da identidade política nacional no contexto externo. Entretanto, foi somente após a Proclamação da República (1889) que o Brasil inseriu-se oficialmente no que ainda era timidamente referenciado como América do Sul, descontando esse dado geográfico e revertendo uma certa aversão anterior ao “americanismo” (Lafer, 2007, p. 35)<sup>3</sup>. Durante o século XX, houve o fortalecimento do componente sul-americano da identidade política do Brasil, mesmo que as questões econômicas e políticas tenham sofrido com as distintas políticas nacionais brasileiras.

Nesse sentido, é inegável que, no século XXI, após uma árdua construção anterior, o Brasil exerce uma forte e preponderante magnetismo político sobre a região. E isso não é por acaso: desde os mandatos de Lula (2003- 2010) e mesmo nos momentos de maior instabilidade da política externa brasileira, durante o Governo de Jair Bolsonaro, o Brasil foi a principal voz política da Amazônia Internacional, ora clamando por mais investimentos externos e costurando colaborações multilaterais, como Lula, ora fechando as portas para ajudas - opiniões - externas, como Bolsonaro. A liderança brasileira na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é um exemplo nítido da condução política, em diversos vieses, realizada pelo Brasil na Amazônia Internacional. Para Mattos (1980):

Uma das características essenciais do Tratado de Cooperação Amazônica é a sensibilidade de seus negociadores para um dos principais apelos sociológicos do nosso tempo - a consciência ecológica. A importância dos problemas do meio ambiente ali está consignada na postulação do propósito de equilibrar as necessidades de desenvolvimento com o harmônico equilíbrio ecológico. Nesse sentido, amparando tese tão atual, o Pacto Amazônico é o primeiro acordo dessa dimensão multinacional a acolher a moderníssima tese da preservação ecológica.

Não obstante a liderança política, o Brasil mantém para si também uma liderança estratégica, já que possui mais de 10.000 km de fronteira com outros países em áreas da Amazônia Internacional. Isto é, é de interesse nacional exercer e articular com as outras nações do recorte geográfico ações que visem a proteção de fronteiras, o combate ao crime organizado - em especial o tráfico de entorpecentes - e aos diversos crimes ambientais ali realizados. A Amazônia Legal é fundamental para o componente estratégico e de proteção do país e, para além das fronteiras nacionais, a Amazônia Internacional também urge cooperação estratégica e proteção.

Como já referenciado, é fundamental que os países cooperem também para a proteção ambiental da floresta. Um dos principais pontos discutidos neste século com relação a Amazônia é evitar que cheguemos ao “ponto de não retorno”: um nível irreversível de destruição ambiental. Por isso, combater ativamente o desmatamento, as queimadas, o alargamento das fronteiras agrícolas e o garimpo ilegal é imprescindível em todo o território da Amazônia Internacional deve ser fruto, em primazia, da cooperação internacional.

Portanto, o presente artigo pretende analisar, através de uma revisão de literatura nacional e internacional, a preponderância política, estratégica e ambiental exercida pelo Brasil sob os países da Amazônia Internacional, entendido-só como principal país-articulador dessa porção territorial da América do Sul. Para atingir esse objetivo de análise, esse artigo divide-se em 4 partes: em primeiro plano, apresenta-se um breve histórico das relações entre o Brasil e o restante da Amazônia Internacional até o início do século XXI, recorte temporal deste artigo. Em seguida, análise, respectivamente, os aspectos políticos, estratégicos e de preservação ambiental inferidos dentro da Amazônia Internacional pela liderança brasileira.

## **II. A Relação História De Afastamentos E Aproximações Do Brasil Com Seus Vizinhos Amazônicos E Sul-Americanos**

A aproximação geográfica entre os países da América do Sul pode levar a uma percepção - equivocada - que as relações políticas, culturais, sociais e ambientais entre esses países sempre foram inevitavelmente próximas. A política externa brasileira somente tomou rumos de independência - no sentido menos estrito da palavra - após, no mínimo, 1808, quando tornou-se Reino Unido a Portugal e Algarves e, começou a responder por si próprio no ambiente internacional em 1922, quando tornou-se oficialmente independente de sua colônia - mesmo ainda possuindo fortes amarras com Portugal.

Desse período monárquico é possível destacar a Guerra do Paraguai e a luta por territórios estratégicos como a Bacia do Prata como momentos mais proeminentes da relação entre o estrangeiro português e os semelhantes hispânicos. Percebe-se que a questão ambiental não é uma preocupação nesse momento, inclusive porque boa parte da Amazônia Internacional ainda era um ambiente pouco povoado e desconhecido.

---

3 LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007

Entretanto, foi mesmo na República que a inserção do Brasil na América foi tomada como prioridade, mesmo que, durante a Monarquia Portuguesa, o país se colocasse em páreo de potência regional. Essa política fica ainda mais evidente com a entrada do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ressalta-se 3 principais pontos da política do MRE sob o comando de Rio Branco: definição das fronteiras, o aumento do prestígio internacional do país e a afirmação da liderança brasileira na América do Sul (Burns apud Santos, 2005, p. 4).

Bom, esse aspecto foi mantido durante muito tempo e sofreu uma intensificação após a Segunda Guerra Mundial. Após participar dos momentos finais da guerra, enviando a Força Expedicionária Brasileira (FAB) para combater o eixo na Itália, o Brasil esperava também receber mais atenção e prestígio dos Estados Unidos após ter colaborado - mesmo que de forma pouco expressiva - para a conquista da Tríplice Aliança na 2ª Guerra e, não recebendo, resolveu voltar-se de vez para onde tinha grande e fundamental influência: a América do Sul. A criação da CEPAL<sup>4</sup> (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e a proposta de formulação de Cooperação Pan-Americana<sup>5</sup> representam isso.

Os governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961 - 1964) foram ambos caracterizados por uma política externa independente, voltada para seus vizinhos latino-americanos e em desenvolvimento. Isso intensificou os interesses e cooperação mútuas, fortalecendo a identidade brasileira de proeminência nas Américas menos desenvolvidas. Já o período da Ditadura Civil-Militar foi diametralmente oposto: um alinhamento “automático” com as políticas norte-americanas e aproximações sul-americanas especialmente com nações igualmente influenciadas pelos estadunidenses e postas em severos regimes militares - a exemplo de Chile e Argentina.

A redemocratização é, portanto, marcada pela institucionalização do americanismo brasileiro. O parágrafo único, artigo 4º, da Constituição Brasileira de 1988, prevê que o país “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. E, com isso, o Brasil participa de importantes movimentos regionais nos anos seguintes: a criação do Mercosul e a proposição da Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA)<sup>6</sup> em oposição à Área de Livre Comércio Americana (ALCA)<sup>7</sup> proposta pelos Estados Unidos.

Segundo Vizentini (2005, p. 86), a integração sul-americana foi verdadeira prioridade para o governo de Itamar Franco (1992 - 1994). Entretanto, para Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002), apesar de categorizar a América do Sul como parte da identidade nacional - e internacional -, a inserção do Brasil em fóruns globais e a aproximação estratégica com os EUA era uma prioridade mais evidente do que o quintal americano.

Isto é, apesar de de uma importante solidificação de bases culturais e políticas de americanismo no Brasil, as relações entre o país e seus vizinhos, especialmente na questão ambiental, somente mostrou-se preponderante no século XXI, especialmente nos governos Lula I (2003 - 2006) e Lula II (2006 - 2010), quando a política externa para os vizinhos tornou-se uma prioridade nacional.

### **III. A Preponderância Brasileira Nos Trópicos E Sua Influência Política**

Em termos de século XXI, é fundamental destacar, inicialmente, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010). Segundo GEHRE (2009, p. 106-107), a ideia de América do Sul se fortalece ainda mais entre 2000 e 2008, criando encontros bianuais com os chefes de estado da região, espécies de reuniões de cúpula, que fortaleceram a integração política e a imagética de uma América do Sul unida. Entretanto, cabe ressaltar um contexto específico desse momento: a “Onda Rosa”<sup>8</sup>, em referência a eleição de diversos

---

4 A CEPAL foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. É referência na formulação e análise econômica da América Latina.

5 Programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, submetido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek à apreciação do governo dos Estados Unidos em 1958. Não foi implementado mas teve algumas de suas ideias incluídas na chamada “Aliança Pelo Progresso”, parte da imposição hegemônica dos Estados Unidos nas Américas.

6 Proposição do Brasil em contraponto a ALCA, área de livre comércio proposta pelos Estados Unidos para todos os países americanos. A ideia é criar uma ALCA, mas sem os Estados Unidos, com países sul-americanos.

7 Proposta de Área de Livre Comércio com todos os países americanos. A ideia, para alguns países, seria extremamente prejudicial às economias e produções locais e favorece exacerbadamente os EUA, que teriam seus produtos industrializados sendo vendidos em grandes mercados consumidores, ao passo que a indústria nacional dos países sul-americanos seria extremamente prejudicada.

presidentes mais a esquerda do espectro político, favoreceu significativamente a união referida.

Lula aplicou em seu governo uma política diplomática de cooperação sul-sul, priorizando os países do chamado “Sul Global”. Cerro (2008, p. 56) explica que, para Lula, a América do Sul foi uma plataforma política e econômica, além de um importante polo de poder, passo fundamental da inserção internacional do Brasil. A presença de Celso Amorim, grande entusiasta da ideia de focar nos vizinhos sul-americanos, sedimentou ainda mais as pretensões presidenciais.

Com relação especificamente a questão Amazônica e a questão ambiental, principal tema deste artigo, a escolha de Marina Silva - política de carreira e especialista em Meio Ambiente - como Ministra do Meio Ambiente dos dois mandatos lulistas foi, em todas as medidas, um grande acerto para a questão ambiental nacional e internacional. O Brasil, assim como nos anos anteriores, colocou-se como protagonista e voz proeminente do sul global dos principais fóruns de discussão ambiental do mundo, a exemplo da COP15, em Copenhague.

Já relacionado aos países que fazem parte da Amazônia Internacional - Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname, o Brasil, muito por conta da guinada à esquerda que também realizaram esses países, o país aproximou-se significativamente deles, em especial de Venezuela e da Bolívia, respectivamente comandados por Hugo Chávez e Evo Morales. Inclusive, Lula disse em discurso oficial: “A América do Sul, pela riqueza e importância de sua biodiversidade, tem assumido posição pioneira em favor da proteção do meio ambiente.” (SILVA, 2003b). Para além de aliar-se, Luiz Inácio faz também o papel de representar a Amazônia Internacional ao pressionar os países ricos e desenvolvidos a trabalharem conjuntamente em soluções que mitiguem as problemáticas da Amazônia. A influência e liderança políticas do Brasil nos palanques internacionais que versavam sobre a proteção ambiental de biomas ameaçados, incluindo a Floresta Amazônica, foram fundamentais.

No entanto, ainda que tenham sido concretizados avanços no âmbito nacional - a criação do Instituto Chico Mendes para Conservação e Biodiversidade (ICMBIO), o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e o Fundo da Amazônia<sup>9</sup> - e no âmbito internacional com a consolidação da liderança brasileira nos principais fóruns ambientais do mundo - como as COPs (Conferência das Partes) -, ainda ocorria, internamente, atritos e dissidências que prejudicaram a formulação e mais e mais efetivas políticas públicas de preservação da Amazônia Legal e de melhores cooperações para a Amazônia Internacional.

O Governo de Dilma Rousseff foi marcado também pela participação internacional do país em eventos envolvendo Amazônia, sustentabilidade e meio ambiente. Rio +20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, foi realizada no Rio de Janeiro, em 2012, considerado um dos maiores eventos internacionais sobre a temática. Entretanto, se comparada a seu antecessor, Dilma teve uma atuação de influência ambiental e política bem aquém do esperado, tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Isso ocorre, para Abranches (2013)<sup>10</sup>, em razão de um “sitiamento” das políticas ambientais, que, naquele momento, eram sufocadas tanto pelas medidas de crescimento econômico que não levavam em conta as problemáticas de desenvolvimento sustentável quanto pela turbulência política que viriam a culminar no Impeachment, em 2016. Em suma, as questões internas foram uma barreira significativa para uma maior influência nas políticas ambientais e internacionais do Governo de Dilma Rousseff (2011 - 2016).

O curto governo de Michel Temer (2016 - 2017) foi marcado, embora as diferenças políticas significativas entre seus antecessores políticos petistas, por um movimento de continuidade. Internamente o presidente foi acusado de permitir que a degradação e o desmatamento da floresta amazônica se aprofundassem através do afrouxamento das políticas ambientais e do lobby com setores ruralistas e de mineração,

---

8 A onda rosa se iniciou com a eleição de Hugo Chávez em 1998. Ricardo Lagos, oriundo do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), elegeu-se no Brasil depois de tentar quatro vezes. Na Argentina, Néstor Kirchner foi eleito em 2003. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, venceu as eleições. Rafael Correa chegou ao poder no Equador, em 2006. No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressaram ao poder na Nicarágua. O ativista social Fernando Lugo chegou ao poder no Paraguai em 2008. No ano seguinte Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), elegeu-se em El Salvador. Todos esses à esquerda.

9 O Fundo da Amazônia foi proposto pelo Brasil na COP-12, 2006, na Cúpula Mundial do Clima, e colocado em prática ainda em 2008. É gerido pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) que capta os recursos, contrata e monitora as ações para preservação ambiental da Amazônia Legal brasileira. É acompanhado pelo CAFA (Comitê Orientador do Fundo da Amazônia)

10 ABRANCHES, Sérgio. A Política Ambiental Sitiada no Governo Federal. O Globo, 08 jan. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/a-politica-ambiental-sitiada-no-governo-federal-7218302>. Acesso em: 19 nov. 2020.

especialmente no Congresso Nacional, contribuindo para a precarização da estrutura de proteção ambiental da Amazônia. Já internacionalmente, a principal ação de Temer foi a assinatura do Acordo de Paris, em 2016, um compromisso severo para a redução da emissão de gases do efeito estufa e adoção de instrumentos de contenção do aquecimento global até 2030.

Enfim, para finalizar a análise dos 22 primeiros anos de influência política - ambiental - do Brasil na Amazônia Internacional, o governo de Jair Messias Bolsonaro. A administração de Bolsonaro, entre 2019 e 2022, representou uma ruptura completa com tudo que vinha sendo praticado em termos de política - interna e externa - ambiental no país. Semelhantemente ao governo militar, a pauta sobre a Amazônia nesse governo conflui para pontos de segurança nacional, soberania e integridade territorial (FRANCHINI; VIOLA, 2019; MACEDO, 2020) que, apesar de representarem importantes, ainda são questões secundárias frente a relevância da proteção ambiental.

Nesse sentido, ele afastou-se da discussão internacional sobre o tema, colocando-se na defensiva em momentos como a Assembleia Geral da ONU, em 2019, em que Jair Bolsonaro disse, em referência às cobranças do presidente francês, Emmanuel Macron, com relação a Amazônia: “É uma falácia dizer que Amazônia é patrimônio da humanidade é um equívoco dizer – como atestam os cientistas -- que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, e com espírito colonialista. Questionam aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania. Um deles, por ocasião do encontro do G7, ousou sugerir sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir”.

Bolsonaro para além de enfraquecer políticas ambientais que já vinham sendo continuamente debilitadas, especialmente através de um Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que possuía condutas como “deixar passar a boiada”, em palavras próprias durante uma reunião ministerial sobre permitir a expansão da fronteira agrícola da Amazônia, também foi incapaz de fortalecer ou mesmo continuar a liderança internacional no tema, isolando-se de seus vizinhos sul-americanos. Pode-se considerar, em ampla escala, como um dos momentos mais tenebrosos da política ambiental interna e externa do Brasil, com consequências graves para os povos tradicionais da floresta, a exemplo dos Ianomâmis, e para a integridade ambiental da Amazônia.

Isto é, os primeiros anos do século XXI, referentes ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram os mais relevantes em matérias de desenvolvimento e influência política no Brasil na questão ambiental amazônica tanto dentro da Amazônia quanto fora das fronteiras sul americanas. Os outros governos, seja pela supressão da política nacional, seja pela contrariedade completa às políticas ambientais, representaram estagnação, uma pequena continuidade ou mesmo uma regressão completa a tudo que vinha sendo praticado.

#### **IV. A Preponderância Brasileira Nos Trópicos E Sua Influência Política**

A Amazônia - tanto a Legal quanto a Internacional, por ser fronteiriça - são questões cruciais para a defesa, estratégia e integridade nacionais brasileiras. A Amazônia Legal representa mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente a cerca de 59% do território brasileiro<sup>11</sup>. Isto é, parte significativa da estratégia nacional - internacional - concentra-se especialmente na Amazônia. Dentro desse montante territorial, há pelo menos 10 mil km de fronteiras internacionais com os outros países que compõem a Amazônia Internacional. É fundamental que haja uma mínima integração entre essas nações. Segundo Mattos (1980)<sup>12</sup>:

A Amazônia está no centro dessa continentalidade sul-americana, e a cooperação entre os Estados condôminos fará o melhor encaminhamento de soluções para os desafios amazônicos, de integração e desenvolvimento da região. Isso deverá fortalecer a soberania desses Estados, e promoverá o bem-estar econômico e social de suas populações, desde que não se descuide da proteção ao meio ambiente.

Há, portanto, dois pontos cruciais para entender a Amazônia Internacional como elemento de estratégia nacional do Brasil: a política de proteção territorial, que envolve desde o patrulhamento de fronteiras, com cooperação internacional, até a proteção interna da floresta, atacando as violações ambientais de diversas naturezas, e, em um quesito mais político, a afirmação da soberania nacional do Brasil - de cada outro país da Amazônia Internacional - em sua porção territorial amazônica.

Nesse sentido, compreende-se que as extensas e naturalmente suscetíveis à invasão de fronteiras amazônicas representam, ainda hoje, o principal ponto de atuação da Política Nacional de Defesa (1996)<sup>13</sup>, especialmente por parte do exército brasileiro.

---

11 Imazon: A Amazônia em números. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>  
Acesso em: 28/03/2024.

12 MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980. 215 p.

13 A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

A existência de incontáveis rios que dão acesso ao território - a exemplo do Rio Amazonas, que nasce nas Cordilheiras dos Andes, passa pela Colômbia e deságua no Brasil -, a densidade característica da Floresta Equatorial, que dificulta o monitoramento aéreo, a extensão territorial e de fronteiras são pontos de enorme dificuldade na missão amazônica e tornam o território um porta de entrada para vários tipos de entrantes ilegais, em especial os narcotraficantes, que utilizam a Amazônia não somente para transportar, mas também para produzir e esconder enormes cargas de entorpecentes.

Para atuar nesses pontos, o executivo brasileiro e o Ministério da Defesa destacam o Comando Militar da Amazônia, criado em 1982, que possui sede de Manaus (AM) e é responsável por cuidar do território amazônico nacional sob a égide da Política Nacional de Defesa (PND). Segundo Monteiro (2020)<sup>14</sup>:

A defesa da Amazônia consiste no conjunto de medidas e ações, com ênfase na expressão militar, para a defesa da região, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Já a proteção da Amazônia está mais ligada a “Mão Amiga”, ou seja, a busca pela integração e desenvolvimento da Amazônia.

No passado, a luta territorial e a possibilidade de que outras nações avançassem sobre o território brasileiro amazônico eram preocupações mais latentes. Entretanto, atualmente, não há registros recentes de nenhuma preocupação real do Brasil com sua integridade territorial nesse sentido.

Entretanto, a questão da internacionalização do território Amazônico, isto é, a liberalização da soberania brasileira frente à necessidade, colocada especialmente pelas nações europeias, de combater o narcotráfico, o crime organizado, as violações ambientais e proteger os direitos humanos das comunidades tradicionais é um dos principais pontos de atenção e discussão sobre a questão da soberania nacional na Amazônica.

Internamente, o Brasil, especialmente nas figuras do Exército Nacional e de todos os presidentes durante o período aqui analisado, o século XXI, sempre colocou-se diametralmente oposto a qualquer violação de soberania que um internacionalização possa provocar. O país sempre foi aberto a cooperação e ajuda estrangeira, vide o Fundo da Amazônia, mas entende que, tratar das questões que cercam esse território de tamanha importância, cabe apenas às políticas públicas nacionais, como a Política de Defesa Nacional, de 1996, e ao Exército Brasileiro, órgão nacional com a logística e expertise necessárias para isso.

Para Mattos<sup>15</sup>, a acusação internacional de incapacidade do Brasil de gerir e proteger a Amazônia e suas próprias fronteiras é uma afronta à soberania nacional. Nesse sentido, para ele, o Brasil deve, para além de adequar a estratégia nacional amazônica e fortalecer as políticas contra os crimes cometidos na floresta, atuar diplomaticamente no combate a essas narrativas que vão em direção a internacionalização de um território - e bem - nacional.

Sob a visão da Amazônia Internacional, o próprio Pacto da Amazônia foi uma tentativa de impedir qualquer ingerência internacional, fora do eixo dos países que possuem porções amazônicas em seu território, no assunto referido. A situação é que, mesmo todos esses países, em especial o Brasil, participando de fóruns globais e discutindo a Amazônia mundialmente, não está, para nenhum deles, aberta a possibilidade de ingerências e suas soberanias e condições internas. Esses países cooperam entre si nas ações militares e policiais que combatem o crime na floresta, protegem suas próprias porções e esperam que, apesar de receberem ajuda de outras nações, possam, soberanamente, tomar suas próprias decisões sobre a condução territorial da Amazônia, em uma luta pela preservação de uma característica básica de suas composições nacionais: a soberania.

## **V. No Final Das Contas, O Importante É Preservar**

Segundo as nações interessadas, o principal ponto motivador da discussão da internacionalização da Floresta Amazônica é a ausência de preservação por parte dos países detentores de porções amazônicas. Nesse sentido, ao deparar-se com a problemática da internacionalização da Amazônia, o Brasil teve que reorganizar sua política externa ambiental visando diminuir as pressões internacionais sem abandonar a própria soberania e pretensões de desenvolvimento.

Para isso, a partir de 1990, algumas ações foram tomadas. Inicialmente, pode-se destacar a realização da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, foi um marco significativo para a política ambiental interna e externa do Brasil. Essa conferência contou

---

14 Monteiro, Gustavo H. N. **Os reflexos da estratégia de Defesa na região amazônica no desenvolvimento de sua integração regional no século XXI**. 62f. Especialização em Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2020.

15 MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980. 215 p.

com a presença de mais de 100 chefes de Estado, foi um marco para o movimento ambientalista, fortalecendo-o no território nacional e na Amazônia, e para as discussões ambientais em escala global. 20 anos depois, em 2012, realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, lembrando também a realização da Eco-92.

O movimento ambientalista é um dos principais atores das políticas de preservação amazônicas, atuando especialmente onde as políticas públicas de Estado não conseguem chegar. Alguns exemplos de ONGs: IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, FAS – Fundação Amazonas Sustentável e Greenpeace Brasil. Alvo de controvérsias e acusadas de serem responsáveis por queimadas e outros eventos de degradação ambiental, existem, segundo o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mais de 100.000 ONGs somente no território amazônico brasileiro.

Além disso, a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1995, com pretensões de desenvolvimento sustentável e soberania. A OTCA reúne todos os países da Amazônia Internacional, sendo considerado um bloco socioambiental. As origens históricas desse tratado remontam 1978, quando foi criado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) com também o objetivo de desenvolvimento regional e bem-estar ambiental e social. A OTCA é o principal mecanismo de preservação através de cooperação entre os países condôminos da Amazônia Internacional.

Vale também ressaltar o Fundo da Amazônia, criado em 2008, que tem o objetivo de prevenir, monitorar e combater o desmatamento. São investimentos de nações interessadas em colaborar com a prevenção não reembolsáveis. A iniciativa foi paralisada durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2022), justamente por contrariedades entre o governo brasileiro e os doadores internacionais com relação à condução ambiental da Amazônia.

Há, internamente e internacionalmente, diversas políticas de preservação ambiental do território amazônico. Entretanto, é inegável que os entraves, especialmente logísticos, já postos nesse artigo são responsáveis por dificultar a proteção ambiental do bioma em questão. Entre 2019 e 2022, a Amazônia brasileira perdeu uma área equivalente a 35.193 km<sup>2</sup>, segundo o Imazon, o que representa o maior índice registrado desde 2008. Já a Amazônia Internacional perdeu 23.000 km<sup>2</sup> somente em 2020, número expressado em grande parte pelo Brasil.

Isto é, apesar dos enormes esforços do Executivo, do Exército Brasileiro, das Organizações Não Governamentais e dos atores internacionais, os índices de desmatamento e degradação do território da Amazônia Internacional ainda são extremamente negativos e devem ser, através da fortificação das medidas de integração internacional e proteção ambiental, combatidos pelos países da OTCA partir da visão crítica sobre os conjuntos habitacionais, e, de acordo com Cardoso (2011), conclui-se Compreende-se, portanto, a importância do Brasil para a dimensão Legal e Internacional da Amazônia, entendendo o país como principal ator da estratégia, da política e da preservação ambiental do território, liderando seus vizinhos amazônicos em direção a uma condução cada vez mais sustentável, apesar das dificuldades.

## **VI. Considerações Finais**

Compreende-se, portanto, a importância do Brasil para a dimensão Legal e Internacional da Amazônia, entendendo o país como principal ator da estratégia, da política e da preservação ambiental do território, liderando seus vizinhos amazônicos em direção a uma condução cada vez mais sustentável, apesar das dificuldades. Nesse sentido, compreendeu-se o contexto histórico que envolve as relações entre Brasil e América do Sul e o desenvolvimento das relações, especialmente após a Proclamação da República do Brasil, em 1989 e com ênfase especial aos momentos de maior afastamento com o Ocidente cujo a aproximação com os sul-americanos era quase natural. A partir da redemocratização, em 1985, e com as cláusulas constitucionais, a necessidade de integrar-se aos vizinhos tornou-se institucionalizada na República Federativa do Brasil. Durante os anos 1990, a questão ambiental e a Amazônia tornaram-se fatores centrais das discussões globais.

Tratando do século XXI, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, emerge como período de maior integração internacional e influência política nos assuntos amazônicos. Já o governo de Jair Messias Bolsonaro, de 2019 a 2022, diametralmente oposto ideologicamente e ambientalmente, desponta como período de maiores regressões nas políticas ambientais desde a Ditadura Militar, paralisando políticas como o Fundo Amazônia e colecionando recordes de desmatamento nos últimos quatro anos.

Em termos de estratégia nacional, a Amazônia é, inegavelmente, o principal aspecto da segurança e defesa nacionais brasileiras. O Exército Brasileiro, através do Comando Militar da Amazônia, tem o dever de manter a integridade das fronteiras e impedir que crimes - tráfico de entorpecentes, mineração ilegal ou mesmo destruição de reservas ambientais - sejam cometidos na Floresta. Nesse sentido, o tópico da internacionalização da Amazônia, por colocar em xeque a capacidade nacional de cuidar da Amazônia, é considerado, pelo ponto de vista de alguns estudiosos, uma agressão à soberania nacional.

Para além dessas questões, o ponto de maior atenção quando se fala de Amazônia Internacional é a sua preservação. E, para isso, tanto o Brasil quanto os outros países da OTCA mobilizam-se cada vez mais na

criação de políticas públicas nacionais e internacionais para a preservação ambiental deste bioma. É uma demanda internacional e, principalmente, dever nacional de preservação da soberania e da integridade territorial que isso seja feito.